



LEI ORDINÁRIA Nº 1.140, DE 20 DE MAIO DE 2010

Certifico que o Documento supra
foi Publicado no Saguão da Pre-
fitura no período de 20/05/2010
à 20/07/2010

Luminárias, 20/05/2010
Prefeitura Municipal de Luminárias

Francisco Cunha dos Santos
Controlador Interno
CPF: 068.635.530-66

DÁ NOVA REDAÇÃO À
DISPOSITIVOS DA LEI
MUNICIPAL Nº 1028, DE
21 DE OUTUBRO DE
2005, QUE “CRIA O
CONSELHO MUNICIPAL,
CRIA O FUNDO
MUNICIPAL DE
TURISMO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUMINÁRIAS: Faço saber que a Câmara
Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 1028, de 21 de outubro de 2005, passa a ter a
seguinte redação:

**“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR E
INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR DO MUNICÍPIO
DE LUMINÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Art. 2º Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13, da Lei nº 1028,
de 21 de outubro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, do
Município de Luminárias/MG, com o objetivo de implantar a política municipal de
turismo junto à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Sustentável, sendo este um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento,
organizado através da presente Lei, especificamente para promover e incentivar o
desenvolvimento sustentável do Município através do turismo, considerando os fatores
ambientais, econômicos, sócio-culturais e político-institucionais, nos termos do artigo
180 da Constituição Federal”.

“Art. 2º Compete ao COMTUR:

I – formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de
turismo;

II – propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno
exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências
administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;

III – opinar, previamente, sobre Projetos de Leis que se relacionam com o
turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;

IV – desenvolver programas e projetos específicos para o desenvolvimento
turístico visando aumentar o fluxo de turistas e seu tempo de permanência no



Município, através da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável;

V – estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado em rede entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover infra-estrutura adequada à implantação do turismo;

VI – estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do Município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;

VII – programar e executar conjuntamente com a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável, debates sobre temas de interesse turístico;

VIII – manter conjuntamente com a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável, o cadastro de informações turísticas de interesse do Município;

IX – promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

X – apoiar, em nome do Município, a realização de congressos, seminários e convenções de interesse para o implemento turístico;

XI – propor convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de proceder intercâmbios de interesse turístico;

XII – propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas;

XIII – examinar e emitir parecer sobre as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;

XIV – fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos de competência do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;

XV – opinar sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros consignados no orçamento programado da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável;

XVI – elaborar seu regimento interno”.

“Art. 3º O COMTUR será composto por representantes do seguintes órgãos e entidades municipais:

I – quatro – 04 – representantes do Executivo Municipal, sendo obrigatória a presença do Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável;

II – um – 01 – representante do setor hoteleiro;

III – um – 01 – representante do setor de alimentos;

IV – um – 01 – representante do setor de transporte;

V – um – 01 – representante do setor de agências receptivas;

VI – um – 01 – representante do setor da produção associada ao turismo;

VII – um – 01 – representante do setor de artesanato;

VIII – um – 01 – representante do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D’Água, ao qual o Município é conveniado.

§ 1º Para cada um dos membros nominados neste artigo também será nomeado um suplente, igualmente indicado pelo órgão ou entidade representado.



§ 2º Os representantes e seus suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades a que representarão e apresentados ao Chefe do Executivo Municipal.

§ 3º Os membros titulares e suplentes participarão de todas as reuniões do COMTUR a que forem convocados, participando ativamente de suas discussões, exercendo plenamente seu direito a voz e voto.

§ 4º Cada representante terá o mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período uma única vez.

§ 5º As entidades públicas indicarão seus representantes por ofício.

§ 6º Os representantes do Poder Executivo terão seus mandatos coincidentes com o mandato do Chefe do Executivo Municipal.

§ 7º Os integrantes do COMTUR serão nomeados por Decreto do Executivo Municipal.

§ 8º Os Conselheiros não receberão remuneração pelo exercício de suas funções, que serão consideradas de serviço público relevante.

§ 9º O COMTUR deverá acompanhar, monitorar e avaliar a conjuntura Municipal do turismo, comunicando, sempre que necessário, o resultado de suas ações ao Executivo e ao Legislativo Municipal”.

“Art. 4º O COMTUR fica assim organizado:

- I – Plenário;
- II – Diretoria;
- III – Comissões.

§ 1º A diretoria do COMTUR será constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

§ 2º A Diretoria será eleita pela Plenária, entre os membros do COMTUR, para mandato de um – 01 – ano, podendo ser reconduzido um única vez.

§ 3º O detalhamento da organização do COMTUR será objeto do respectivo Regimento Interno, que será elaborado por seus membros, num prazo de cento e oitenta – 180 – dias a partir da publicação desta Lei e aprovado por Decreto do Executivo Municipal”.

“Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por rubricas próprias do orçamento municipal, que poderão ser suplementadas”.

“Art. 6º Fica instituído, nos termos do artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e dos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320/64, o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, de natureza especificamente contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável”.

“Art. 7º Constituirão receitas do FUMTUR:

I – os valores cobrados pela cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios e o resultado de suas bilheterias, quando não revertidos a título de cachês ou direitos.

II – a venda de publicações editadas pelo COMTUR;

Prefeitura Municipal de Luminárias

Rua Coronel Francisco Diniz, 40 - CEP 37240-000 - Luminárias - MG
Telefone (35) 3226-1198 - Fax (35) 3226-1328



III – a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do Município;

IV – os créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;

V – as doações de pessoas físicas e ou jurídicas;

VI – as contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;

VII – os recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;

VIII – o produto de operações de crédito, realizados pelo COMTUR, observada a legislação pertinente e destinadas a esse fim específico.

IX – os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;

X – outras rendas eventuais.

§ 1º O eventual saldo não utilizado pelo FUMTUR será transferido para o próximo exercício, a seu crédito.

§ 2º Na aplicação dos recursos do FUMTUR haverá estrita observância às exigências licitatórias, fiscais, previdenciárias e trabalhistas”.

“Art. 8º O Chefe do Executivo Municipal será o ordenador de despesas do FUMTUR, devendo proceder a movimentação financeira em conjunto com o Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável”.

“Art. 9º O FUMTUR destina-se:

I – ao fomento das atividades relacionadas ao turismo no Município, visando sempre à promoção das atividades de resgate, valorização, manutenção e preservação do patrimônio natural, cultural e artístico para a promoção do desenvolvimento sustentável do turismo no Município;

II – à melhoria da infra-estrutura urbana e rural destinadas ao turismo;

III – ao treinamento e capacitação de membros e órgãos vinculados ao turismo municipal, especialmente os membros do COMTUR;

IV – à criação e manutenção de serviços de apoio ao turismo”.

“Art. 10. O COMTUR abrirá pelo menos um Edital por ano, facultando a pessoas físicas e jurídicas a apresentação de projetos a serem custeados pelo FUMTUR.

§ 1º O projeto apresentado será avaliado previamente pelo COMTUR o qual terá competência para emitir parecer aprovando, reprovando ou sugerindo alterações ao projeto original;

§ 2º Para avaliação dos projetos, o COMTUR deverá levar em consideração os seguintes aspectos:

I – orçamento do projeto, considerando o custo-benefício;

II – retorno de interesse público;

III – clareza e coerência dos objetivos;

IV – criatividade;

V – relevância para o Município;

VI – valorização do turismo no Município;

VII – capacidade de execução do proponente, através da análise dos currículos”.

Prefeitura Municipal de Luminárias

Rua Coronel Francisco Diniz, 40 - CEP 37240-000 - Luminárias - MG
Telefone (35) 3226-1198 - Fax (35) 3226-1328



§ 3º Havendo aprovação do Projeto na íntegra, ou parcialmente ou com as alterações sugeridas pelo COMTUR, será o mesmo encaminhado à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável, para homologação final e liberação dos recursos.

§ 4º Uma vez homologado o Projeto, será celebrado instrumento de convênio entre a municipalidade e o proponente beneficiário dos recursos, estabelecendo todas as obrigações das partes, nas quais constará, em especial, a previsão de:

I – repasse dos recursos de acordo com o cronograma e comprovação da execução das etapas do projeto aprovado;

II – devolução ao FUMTUR dos recursos não utilizados ou excedentes;

III – sanções cíveis caso constatadas irregularidades na execução do projeto ou na sua prestação de contas, podendo haver, inclusive, a proibição do beneficiário de receber novos recursos do FUMTUR e do Município, pelo prazo de até 30 anos, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais cabíveis;

IV – observância das normas licitatórias.

§ 5º Antes da assinatura do convênio, o proponente ao fundo deverá comprovar previamente a sua regularidade jurídica e fiscal, bem como a qualificação técnica dos profissionais envolvidos com o projeto a ser executado”.

“Art. 11. Aplicar-se-ão ao FUMTUR as normas legais de controle de prestação e tomada de contas em geral, sem prejuízo de competência específica da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais”.

“Art. 12. Ao Município incumbe a realização e inspeções e auditorias, objetivando acompanhar a execução dos projetos aprovados e as respectivas prestações de contas, bem como solicitar dados e informações que otimizem o monitoramento, o aperfeiçoamento e a avaliação das ações e projetos vinculados ao FUMTUR”.

“Art. 13. Os relatórios de atividades, receitas e despesas do FUMTUR serão apresentados semestralmente à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico Sustentável”.

Art. 3º A Lei nº 1028, de 21 de outubro de 2005, passa a vigorar acrescida dos artigos 14, 15 e 16 com a seguinte redação:

“Art. 14. Ocorrendo a extinção do FUMTUR, os bens permanentes adquiridos com recursos públicos serão incorporados ao patrimônio público municipal”.

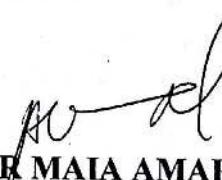
“Art. 15. O funcionamento, a gestão e a aplicação dos recursos do FUMTUR pautar-se-ão pela estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, ampla defesa, contraditório, transparência, probidade, decoro e boa-fé, estando os seus gestores e beneficiários sujeitos à responsabilidade administrativa, civil e penal em caso de prática de ilícito”.



"Art. 16. O Executivo Municipal regulamentará através de Decreto a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação".

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luminárias, em 20 de maio de 2010.



**ARTHUR MAIA AMARAL
PREFEITO DO MUNICÍPIO**

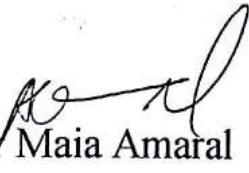


TERMO DE SANÇÃO

O Prefeito do Município de Luminárias/MG, Sr. ARTHUR MAIA AMARAL, nos termos do inciso V, do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal, torna público que nesta data sanciona a Lei Ordinária nº 1.140, de 20 de maio de 2010, que **DÁ NOVA REDAÇÃO À DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N° 1028, DE 21 DE OUTUBRO DE 2005, QUE “CRIA O CONSELHO MUNICIPAL, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Registre-se e publique-se.

Luminárias, em 20 de maio de 2010.


Arthur Maia Amaral
Prefeito do Município